

**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES
DA AUDITORIA INTERNA DO
IFPB
EXERCÍCIO 2015**

PAINT 2015



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB
Conselho Superior
Auditoria Interna

Índice

1. APRESENTAÇÃO.
2. MAPEAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES QUE SERÃO ACOMPANHADAS EM CONFORMIDADE COM A DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR AÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO PARA ATENDIMENTO DA INFRAESTRUTURA DO IFPB, A SEREM EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2016.
3. LIMITES ORÇAMENTÁRIOS DISTRIBUÍDOS NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - PLOA PARA 2015.
4. CLASSIFICAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO (MATERIALIDADE, RELEVÂNCIA E CRITICIDADE).
5. AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTA E SEUS OBJETIVOS CONFORME DETERMINA OS ARTIGOS DA IN Nº 01 DE 2007-CGU.
6. VOLUME DE RECURSO FINANCEIRO POR AÇÃO DE AUDITORIA NO EXERCÍCIO DE 2015.
7. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA DA ENTIDADE.
8. PLANEJAMENTO DAS HORAS A SEREM TRABALHADAS NO EXERCÍCIO DE 2016 PELOS SERVIDORES DA AUDITORIA INTERNA.
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2015 tem seu conteúdo estabelecido na Instrução Normativa nº 01 de 03 de janeiro de 2007, da Controladoria Geral da União.

O PAINT tem o objetivo de sistematizar as ações empreendidas pela Auditoria Interna do IFPB definindo a programação anual dos trabalhos a serem realizados.

A Auditoria Interna no acompanhamento das áreas envolvidas pretende contribuir para o desenvolvimento das atividades administrativas, tendo como finalidades básicas: fortalecer a Gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Auditoria Interna atua em todas as unidades do IFPB e é formada atualmente por 06 (seis) servidores, sendo: 03 (três) lotados na Reitoria, 01 (um) no Campus Sousa 01 (um) no campus Cajazeiras e 01 (um) no campus João Pessoa. Cabe mencionar que serão nomeados mais 5 (cinco) novos auditores com previsão para nomeação até o final de 2014.

As atividades serão realizadas segundo os princípios dos controles formais e técnicos, por processo de amostragem, com exceção daquelas em que, dada a sua complexidade, recomendem verificação global.

Destacamos que o cronograma de execução de trabalhos não é fixo, podendo ser alterado, suprimido em parte ou elastecido em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução, tais como: trabalhos especiais, treinamentos (cursos e congressos), atendimento ao TCU e Gerência Regional de Controle Interno e fatos não previstos.

2. MAPEAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES QUE SERÃO ACOMPANHADAS EM CONFORMIDADE COM A DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR AÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO PARA ATENDIMENTO DA INFRAESTRUTURA DO IFPB A SEREM EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2015.

Para a realização do mapeamento de atividades, foram levados em consideração os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a auditoria interna. O mapeamento será detalhado juntamente com a hierarquização das atividades, pois não só apresentará os programas, ações e atividades, como também os classificará segundo a materialidade, a relevância e a criticidade, com o fito de apurar o risco inerente à priorização.

HIERARQUIZAÇÃO DE ATIVIDADES:

Para viabilizar a hierarquização de atividades, levamos em consideração o Quadro de Detalhamento de Despesas–QDD analisando a materialidade, a relevância e a criticidade, conforme segue:

- a) Materialidade : é apurada com base no orçamento, ou seja, o percentual é aplicado sobre o orçamento. logo, X = orçamento. A hierarquização pela materialidade se dá da seguinte forma:

MATERIALIDADE			
Parâmetro	Parâmetro	Parâmetro	Parâmetro
Muito baixa	$X <$	0,10%	1
Baixa	$< X <$	1%	2
Média	$< X <$	10%	3
Alta	$< X <$	25%	4
Muito Alta	$X >$	25%	5

Para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, foram atribuídas notas de 1 a 5, de acordo com o programa/ação, partindo de “muito baixa materialidade” com nota 1 até “muito alta materialidade” com nota 5.

- b) Relevância: A hierarquização pela relevância se dá pela análise dos programas, ações e atividades quanto aos seguintes aspectos:

- Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da instituição;
- Atividades que possam comprometer serviços prestados aos cidadãos;
- Atividades que possam comprometer a imagem da instituição;
- Programas prioritários;

Também para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas de 1 a 5, de acordo com a relevância de cada atividade, levando em consideração os aspectos apresentados. Logo, se for relevante atribuímos 5 ou 4, essencial 3 ou 2 e coadjuvante 1.

RELEVÂNCIA	
Coadjuvante	1
Essencial	2 e 3
Relevante	4 e 5

a) Criticidade: A hierarquização pela criticidade leva em consideração os aspectos a seguir:

- Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento quanto maior o intervalo, maior a pontuação, ou seja, até 6 meses, 0, de 6 a 12 meses, 1, de 12 a 18 meses, 2, de 18 a 24 meses, 3, 25 a 30 meses, 4, e acima de 30 meses, 5;
- Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição (quanto mais descentralizado, maior a pontuação);
- Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição (quanto mais falhas conhecidas, maior a pontuação);

Também para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, foram atribuídas notas de 1 a 5, de acordo com situação apresentada em cada um dos aspectos apresentados. Logo, após apuradas as notas de 1 a 5 de cada aspecto, faz-se um média deles para encontrar a criticidade.

CRITICIDADE			
Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento	Quanto maior o intervalo, maior a pontuação	Última auditoria realizada até 6 meses igual:	0
		6 a 12 meses igual	1
		de 12 a 18 meses,	2
		de 18 a 24 meses,	3
		de 25 a 30 meses,	4
		acima de 30 meses,	5
Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição	Quanto maior a descentralização, maior a pontuação	Atividade não descentralizada	1 a 3
		Atividade descentralizada	4 e 5
Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição	Quanto maior a falha, maior a pontuação	Falhas de controles internos conhecidas	0 , 1 ,2
		Falhas de controles internos desconhecidas	3, 4 ,5

Finalmente para chegarmos ao resultado da matriz de risco por ação, somamos o resultado encontrado em cada um dos três critérios adotados.

3. LIMITES ORÇAMENTÁRIOS DISTRIBUÍDOS NO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA - PLOA PARA 2015

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS (QDD)

Órgão: 26000 - Ministério da Educação

Unidade: 26417 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	VALOR R\$
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	39.733.278,00
0089.0181.0025	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	39.733.278,00
2031	Educação Profissional e Tecnológica	99.619.076,00
2031.20RG.0025	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	18.000.000,00
2031.20RL.0025	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	69.178.142,00
2031.2994.025	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	12.440.934,00
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	222.768.240,00
2109.09HB.001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	31.863.077,00
2109.2004.0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes	4.193.492,00
2109.2010.0025	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	260.576,00
2109.2011.0025	Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	310.209,00
2109.2012.0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	8.313.611,00
2109.20TP.0025	Pagamento de Pessoal Ativo da União	173.986.556,00
210.945.720.025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	3.742.871,00
2109.00M1.0025	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	97.848,00
TOTAL DAS DESPESAS		362.120.594,00

Fonte: PLOA 2015

4. CLASSIFICAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO (MATERIALIDADE, RELEVÂNCIA E CRITICIDADE).

MATRIZ DE RISCOS															
Orçamento PLO A/ 2015:		R\$ 362.120.594,00													
CLASSIFICAÇÃO (Mapeamento para Matriz de Risco)															
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO															
Ação Governamental			Materialidade	Relevância	Criticidade	Resultado da Matriz de Risco									
Descrição	Valor em R\$	%					Média dos critérios	3,3							
Ação: 0089. 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	39.733.278,00	10,97	Alta Materialidade	4	Essencial	3	acima de 30 meses	5							
							Atividade não descentralizada	1							
							Falhas de controles internos conhecidas	4							
PROGRAMA 2031- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA															
Ação Governamental			Materialidade	Relevância	Criticidade	Resultado da Matriz de Risco									
Descrição	Valor em R\$	%					Média dos critérios	4,7							
AÇÃO:2031. 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.	18.000.000,00	4,97	Média materialidade	3	Essencial	3	acima de 30 meses,	5							
							Atividade descentralizada	4							
							Falhas de controles internos conhecidas	5							
AÇÃO: 2031. 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	69.178.142,00	19,10	Alta Materialidade	4	Relevante	4	Média dos critérios	4,7							
							acima de 30 meses,	5							
							Atividade descentralizada	4							
							Falhas de controles internos conhecidas	5							
AÇÃO :2031. 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica.	12.440.934,00	3,44	Média materialidade	3	Essencial	2	Média dos critérios	4,7							
							acima de 30 meses,	5							
							atividade descentralizada	4							
							Falhas de controles internos conhecidas	5							

PROGRAMA 2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Descrição	Valor em R\$	%							
AÇÃO: 2109.09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custo do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	31.863.077,00	8,80	Média materialidade	3	Essencial	2	Média dos Critérios	3,7	8,7
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade não descentralizada	1	
							Falhas de controles internos conhecidas	5	
AÇÃO: 2109.2004 - Assistência Médica Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	4.193.492,00	1,16	Média materialidade	3	Coadjuvante	1	Média dos Critérios	3,7	7,7
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade não descentralizada	1	
							Falhas de controles internos conhecidas	5	
AÇÃO: 2109.2010 - Assitência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	260.576,00	0,07	Muito baixa materialidade	1	Coadjuvante	1	Média dos Critérios	3,7	3,7
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade não descentralizada	1	
							Falhas de controles internos conhecidas	5	
AÇÂO: 2109.2011.Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	310.209,00	0,09	Muito baixa materialidade	1	Coadjuvante	1	Média dos Critérios	3,7	5,7
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade não descentralizada	1	
							Falhas de controles internos conhecidas	5	
AÇÂO: 2109.2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	8.313.611,00	2,30	Média materialidade	3	Essencial	2	Média dos Critérios	3,7	8,7
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade não descentralizada	1	
							Falhas de controles internos conhecidas	5	
AÇÂO: 2109.20TP- Pagamento de Pessoal Ativo da União	173.986.556,00	48,05	Muito alta materialidade	5	Relevante	4	Média dos critérios	3,7	12,7
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade não descentralizada	1	
							Falhas de controles internos conhecidas	5	

PROGRAMA 2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO								
Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade	
Descrição	Valor em R\$	%						
AÇÃO: 2109.4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Requalificação	3.742.871,00	1,03	Média materialidade	3	Essencial	2	Média dos Critérios	4,7
							acima de 30 meses	5
							Atividade descentralizada	4
							Falhas de controles internos conhecidas	5
AÇÃO: 2109.00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	97.848,00	0,03	Muito baixa materialidade	1	Coadjuvante	1	Média dos Critérios	3,7
							acima de 30 meses,	5
							Atividade não descentralizada	1
							Falhas de controles internos conhecidas	5

Esclarecemos que além das ações orçamentárias destinadas diretamente para o IFPB este ainda recebe recursos advindos de outras unidades orçamentárias.

Destacamos a relevância do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) criado em 2011 com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

O referido programa não contempla a oferta de cursos regulares no IFPB, contudo, utiliza força de trabalho, dependências e materiais da entidade. Diante disso, esta unidade de auditoria resolveu incluir esse programa como prioridade e estabelecerá ação de auditoria voltada para essa área.

5. AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTA E SEUS OBJETIVOS CONFORME DETERMINA OS ARTIGOS DA IN Nº 01 DE 2007- CGU

REITORIA -AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTA E SEUS OBJETIVOS: CONFORME DETERMINA OS ARTIGOS DA IN Nº 01 DE 2007- CGU										
Nº Ação	Descrição da Ação	Ação Governamental Relacionada	Risco e Relevância	Origem da Demanda	Objetivo da auditoria	Escopo do trabalho	Local de Realização	Conhecimento Exigido	Período de Execução	
									Dias	h/h
1. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO										
1.1	Elaborar e consolidar o RAINT do exercício de 2014		Risco: Não cumprimento da IN 01/2007 CGU Relevância: Apresentar aos órgãos de controle de forma consolidada o resultado dos trabalhos realizados.	CGU	Apresentar os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna realizados no Exercício/2014	Demonstraçao dos trabalhos que foram realizados conforme a programação constante no PAINT/2014, bem como o acompanhamento preventivo e/ou de assessoramento da gestão ocorridos no período de abrangência dos trabalhos.	REITORIA	IN 01/2007-CGU IN 07/2006-CGU	02/01/2015 a 28/02/2015	1416
1.2	Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT		Risco: Não cumprimento da IN 01/2007-CGU Relevância: define os principais objetivos a serem realizados pela Auditoria.	CGU	Elaborar o Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna das ações que serão desenvolvidas no ano de 2016.	Descrever o planejamento das ações previstas nas áreas de controle da gestão, orçamentária, financeira, patrimonial e recursos humanos a serem auditadas em 2016.	REITORIA	IN 01/2007-CGU IN 07/2006-CGU	01/10/2015 a 30/10/2015	780
1.3	Processo de Contas: Relatório de Gestão 2014		Risco:Inobservância dos procedimentos para a elaboração do Relatório de Gestão. Relevância: Atender a obrigação de prestação de contas	CGU/TCU	Elaborar as informações pertinentes à auditoria interna	Providenciar todas as informações destinadas ao Relatório de Gestão que sejam de competência da Auditoria Interna	REITORIA	IN 63/2010 - TCU e DN 127/2013 e 132/2013 - TCU e Portaria 175/2013 TCU e alterações posteriores	01/03/2015 a 31/03/2015	352
1.4	Consolidação e monitoramento dos Planos de Providências para atender as recomendações da CGU/TCU e da Auditoria Interna		Risco: Que as recomendações dos órgãos de controle não sejam cumpridas. Relevância: promove o acompanhamento das recomendações da CGU e do TCU	CGU/TCU	Encaminhar para os setores os Relatórios das Auditorias do exercício para conhecimento, emitir plano de providências, monitorar, orientar e consolidar as respostas do PPP e enviar para a CGU.	Consolidar 100% das respostas dos setores sobre as recomendações dos relatórios da CGUe como também preencher os quadros 9.1 , 9.2 e 9.3 da DN 127/2013-TCU para o Relatório de Gestão.	REITORIA	Relatórios Emitidos pela CGU/TCU	01/04/2015 a 30/04/2015; 01/08/2015 a 31/08/2015 e 01/12/2015 a 31/12/2015	944
1.5	Elaboração dos Programas de Auditoria		Risco: Despadronização dos procedimentos das ações de auditoria. Relevância: consolida todas as fases e procedimentos dos trabalhos de auditoria.	AUDGE	Elaboração dos Programas de Auditoria que serão utilizados na realização das auditorias previstas no PAINT/2016, a fim de sevir como guia para os auditores e padronizar os trabalhos.	Elaborar 100% dos programas correspondentes a cada ação de auditoria do PAINT/2016	REITORIA	Legislações pertinentes	01/11/2015 a 15/11/2015	380

Nº Ação	Descrição da Ação	Ação Orçamentária relacionada	Risco e Relevância	Origem da Demanda	Objetivo da auditoria	Escopo do trabalho	Local de Realização	Conhecimento Exigido	Período de Execução	
									Dias	h/h
2. ÁREA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS										
2.1	Gestão do Almoxarifado	2031.20RG 2031.20RL	Risco: Prejuízo ao erário Relevância: Observância às legislações e normativos internos	AUDITORI A- REITORIA	Verificar se o gerenciamento do almoxarifado está em consonância com a legislação vigente e a confiabilidade dos dados consignados no SUAP	Analizar 30 (trinta) itens do estoque de materiais de cada unidade auditada	REITORIA/CA MPI	Decretos nº 5355/2005 e 6.370/2008	02/02/2015 a 30/04/2014	3176
2.2	Gestão de Contratos	2031.20RG	Risco: Desperdício de recurso público pela deficiência na gestão de seus contratos Relevância: Garantir que os recursos aplicados estão de acordo com os princípios norteadores da administração pública	AUDITORI A- REITORIA	Avaliar a regularidade das contratações realizadas pelo IFPB de modo a verificar o cumprimento da legislação e normativos vigentes acerca da formalização, execução e fiscalização dos contratos administrativos.	Examinar 10% das contratações de fornecimento de bens e serviços firmadas entre IFPB e terceiros.	REITORIA	Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 2.271/97; IN RFB nº 1234/2012; IN 02/2008-MPOG; IN SLTI/MPOG nº 01/2010	02/05/2015 a 30/06/2015	2.592
2.3	Gestão dos Bens Permanentes	2031.20RG e 2031.20RL	Risco: Prejuízo ao erário Relevância: Observância às legislações e normativos internos	AUDITORI A INTERNA	Verificar a operacionalização dos controles dos bens móveis.	Analizar 50 itens por unidade auditada	REITORIA	Lei 8112/90, Decreto 97.595/89, Decreto 8.027/90	01/11/2015 a 31/12/2015	1892

Nº Ação	Descrição da Ação		Risco e Relevância	Origem da Demanda	Objetivo da auditoria	Escopo do trabalho	Local de Realização	Conhecimento Exigido	Período de Execução	
									Dias	h/h
3. ÁREA DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS										
3.1	PRONATEC	2031.20RW	Risco: Má gestão da carga horária e dos recursos públicos direcionados ao PRONATEC. Relevância: Ação orçamentária com volume considerável de recurso executada paralelamente às atividades da instituição.	AUDITORIA	Analisar a carga horária dos servidores que integram o PRONATEC e os recursos aplicados	Verificar 50% dos recursos gastos com esse programa	REITORIA/CAMPUS	Resolução CD/FNDE nº 04/2012 e Acórdão 741/2010	01/07/2015 a 31/08/2015	2787
3.2	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso	2109.20TP	Risco: Presença de desconformidades com os normativos, bem como pagamentos indevidos Relevância: Evitar prejuízo ao erário		Verificar se a concessão da gratificação por encargo de curso ou concurso está de acordo com a legislação aplicada detectando possíveis pagamentos indevidos	Verificar 30% dos benefícios concedidos	REITORIA / CAMPUS	Lei 8.112/90;Decreto nº 6.114/2007; Portaria 308/2013 – Reitoria; Portaria 104/2014 – Reitoria; Nota Informativa nº 270 /2011/CGNOR/DE NOP/SRH/MP	01/09/2015 a 31/10/2015	1908
Nº Ação	Descrição da Ação		Risco e Relevância	Origem da Demanda	Objetivo da auditoria	Escopo do trabalho	Local de Realização	Conhecimento Exigido	Período de Execução	
									Dias	h/h
4. RESERVA TÉCNICA										
4.1	Ações de capacitação da Auditoria		Risco: Comprometer as atividades com o corpo de auditores despreparados e desatualizados. Relevância: Cumpre princípios e normas da administração visando um melhor execução dos trabalhos de auditoria.	-	Ações de desenvolvimento institucional e capacitação prevista para o fortalecimento da atividade de auditoria interna da entidade com recursos oriundos da reitoria	100% dos Auditores do IFPB	A definir	Legislações pertinentes a temática abordada na capacitação	Estabelecido no Quadro das Ações de Capacitação	1320
4.2	Reuniões e atividades não programadas		Risco:Deficiência no cumprimento de suas atividades Relevância:atender demandas extraordinárias e discussões de matérias pertinente ao setor	AUDITORIA	Promover a comunicação entre os auditores e demais gestores e atividades não programadas ou pendentes do exercício anterior		Auditoria/CAMPUS		Durante o exercício	925

6. VOLUME DE RECURSO FINANCEIRO POR AÇÃO DE AUDITORIANO EXERCÍCIO DE 2014

Número da Ação	Descrição	Valor	Fonte da Informação
2.1	Gestão do Almoxarifado	4.659.301,64	SIAFI Operacional
2.2	Gestão de Contratos	49.166.897,97	SIAFI Operacional
3.1	PRONATEC	15.134.372,02	SIAFI Gerencial
3.2	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso	1.410.646,08	SIAPE
3.3	Gestão dos Bens Permanentes	87.391.170,38	SIAFI Operacional

7. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA DA ENTIDADE

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTA PARA O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA DA ENTIDADE COM RECURSOS ORIUNDOS DA RETTORIA /CAMPUS						
AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO	ORIGEM DA DEMANDA	JUSTIFICATIVA	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	HORAS PREVISTAS
Curso de Formação de Auditores Internos - Contratação de Instrutor	CGU/AUDITORIA INTERNA	Promover a integração e treinamento dos auditores internos, principalmente dos recém nomeados bem como atender a recomendação da CGU que trata da hierarquização das ações sob os critérios da materialidade criticidade e relevância	mai/15	A definir	10	400
Participação na Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	AUDITORIA INTERNA	Atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da administração pública federal	março/2015 e setembro/2015	A definir	10	400
Curso em Gestão de Risco	CGU/AUDITORIA INTERNA	Atender a recomendação da CGU em vista da necessidade de alinhar as ações do PAINT aos riscos da Entidade.	A definir	A definir	3	120
Participação no XLII Fórum Nacional De Auditores Internos do MEC (FONAI), Promovido pela SFC/ MEC.	AUDITORIA INTERNA	Promover a integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC.	abril/2015 e novembro/2015	A definir	10	400

AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AUDITORIA INTERNA

INFORMAÇÕES CONFORME ART. 2º, PARÁGRAFO 2º da IN nº 01/2007 CGU	AÇÃO	ORIGEM DA DEMANDA	JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Revisão de normativos internos	Elaboração/Revisão dos Programas de Auditoria	Auditoria Interna/CGU/TCU	Necessidade de se elaborar os procedimentos para cada ação de auditoria observando a atualização dos normativos	Manter a qualidade dos trabalhos
Redesenho organizacional	Incluir de todos os auditores nas ações a serem executadas no exercício	Auditoria Interna/CGU/TCU	Atender recomendação da CGU	Fortalecer a atuação da Auditoria Interna

8. PLANEJAMENTO DAS HORAS A SEREM TRABALHADAS NO EXERCÍCIO DE 2015 PELOS SERVIDORES DA AUDITORIA INTERNA;

Composição da equipe técnica responsável pela execução do PAINT 2015

Nome	Cargo
Augusto Sérgio Dutra Sarmento	Auditor
Francimar Barbosa da Silva	Auditor
Gustavo Barbosa de Carvalho Almeida	Auditor
Kaliane Soares Coutinho	Auditor
Marcos Ubiratan Pedrosa Calado	Auditor
Servidor a ser nomeado 1	Auditor
Servidor a ser nomeado 2	Auditor
Servidor a ser nomeado 3	Auditor
Servidor a ser nomeado 4	Auditor
Servidor a ser nomeado 5	Auditor

TOTAL DE HORAS MENSAIS DOS SERVIDORES DA AUDITORIA

Mês	Quantidade de Horas	Quantidade de Servidores	Total de Horas Brutas dos Servidores	Total de Horas das Férias	Total de Horas Líquidas dos Servidores
Janeiro	168	10	1680	256	1424
Fevereiro	136	10	1360	0	1360
Março	176	10	1760	64	1696
Abri	160	10	1600	0	1600
Maio	160	10	1600	0	1600
Junho	160	10	1600	88	1512
Julho	184	10	1840	176	1664
Agosto	160	10	1600	48	1552
Setembro	168	10	1680	152	1528
Outubro	160	10	1600	40	1560
Novembro	152	10	1520	64	1456
Dezembro	152	10	1520	0	1520
TOTAL	1936	10	19360	888	18472

TOTAL DE HORAS POR SERVIDOR

Nome do Servidor	Mês	Quantidade de Horas	Controle de Férias/ Licenças				Saldo
			Período de Férias	Dias Úteis	Horas Diárias	Dias Úteis em (H)	
Augusto Sergio Dutra Sarmento	Janeiro	168			8	0	168
	Fevereiro	136			8	0	136
	Março	176			8	0	176
	Abril	160			8	0	160
	Maio	160			8	0	160
	Junho	160			8	0	160
	Julho	184			8	0	184
	Agosto	160			8	0	160
	Setembro	168	08/09/2015 a 30/09/2015	17	8	136	32
	Outubro	160	01/10/2015 a 07/10/2015	5	8	40	120
	Novembro	152			8	0	152
	Dezembro	152			8	0	152
TOTAL		1936		22	8	176	1760

Nome do Servidor	Mês	Quantidade de Horas	Controle de Férias/ Licenças				Saldo
			Período de Férias	Dias Úteis	Horas Diárias	Dias Úteis em (H)	
Francimara Barbosa da Silva	Janeiro	168	02/01/2015 a 30/01/2015	21	8	168	0
	Fevereiro	136			8	0	136
	Março	176			8	0	176
	Abril	160			8	0	160
	Maio	160			8	0	160
	Junho	160			8	0	160
	Julho	184			8	0	184
	Agosto	160			8	0	160
	Setembro	168			8	0	168
	Outubro	160			8	0	160
	Novembro	152			8	0	152
	Dezembro	152			8	0	152
TOTAL		1936		21	8	168	1768

Nome do Servidor	Mês	Quantidade de Horas	Controle de Férias/ Licenças				Saldo
			Período de Férias	Dias Úteis	Horas Diárias	Dias Úteis em (H)	
Gustavo Barbosa de Carvalho Almeida	Janeiro	168	02/01/2015 a 16/01/2015	11	8	88	80
	Fevereiro	136			8	0	136
	Março	176			8	0	176
	Abril	160			8	0	160
	Maio	160			8	0	160
	Junho	160	08/06/2015 a 22/06/2015	11	8	88	72
	Julho	184			0	0	184
	Agosto	160			0	0	160
	Setembro	168			0	0	168
	Outubro	160			0	0	160
	Novembro	152			0	0	152
	Dezembro	152			0	0	152
TOTAL		1936		22	8	176	1760

Nome do Servidor	Mês	Quantidade de Horas	Controle de Férias/ Licenças				Saldo
			Período de Férias	Dias Úteis	Horas Diárias	Dias Úteis em (H)	
Kaliane Soares Coutinho	Janeiro	168			8	0	168
	Fevereiro	136			8	0	136
	Março	176	09/03/2015 a 18/03/2015	8	8	64	112
	Abril	160			8	0	160
	Maio	160			8	0	160
	Junho	160			8	0	160
	Julho	184			8	0	184
	Agosto	160	24/08/2015 a 31/08/2015	6	8	48	112
	Setembro	168	01/09/2015 a 02/09/2015	2	8	16	152
	Outubro	160			8	0	160
	Novembro	152	16/11/2015 a 25/11/2015	8	8	64	88
	Dezembro	152	-		8	0	152
TOTAL	-	1936	-	24	8	192	1744

Nome do Servidor	Mês	Quantidade de Horas	Controle de Férias/ Licenças				Saldo
			Período de Férias	Dias Úteis	Horas Diárias	Dias Úteis em (H)	
Marcos Ubiratan Pedrosa Calado	Janeiro	168			8	0	168
	Fevereiro	136			8	0	136
	Março	176			8	0	176
	Abril	160			8	0	160
	Maio	160			8	0	160
	Junho	160			8	0	160
	Julho	184	01/07/2015 a 30/07/2015	22	8	176	8
	Agosto	160			8	0	160
	Setembro	168			8	0	168
	Outubro	160			8	0	160
	Novembro	152			8	0	152
	Dezembro	152			8	0	152
TOTAL		1936		22	8	176	1760

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado das atividades de auditoria será levado ao conhecimento do Conselho Superior bem como da Reitoria e das chefias das áreas envolvidas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, recomendações e pendências farão parte do relatório de auditoria.

A Auditoria Interna dará a assistência necessária aos auditores da CGU e do TCU, quando visitarem a instituição, bem como acompanhará as recomendações efetuadas pelos mesmos, informando aos órgãos competentes sobre seus resultados.

Depois de elaboradas as alterações recomendadas pela CGU, por meio do relatório 201411693, encaminhamos o presente planejamento para aprovação pelo Conselho Superior desta entidade.

João Pessoa, 20 de fevereiro de 2015

Kaliane Soares Coutinho
Chefe da Auditoria Interna